

Cartas de Carlota: traços da subjetividade na escrita de si

Carlota's letters: traits of subjectivity in the self writing

Thatiane Prochner¹
Edson Santos Silva²

Resumo: Carlota Joaquina é uma personagem histórica, alvo de consideráveis especulações. Tanto historiadores quanto ficcionistas interessaram-se pela sua vida e teceram impressões a seu respeito. Contudo, das narrativas que versam sobre ela, principalmente aquelas escritas por homens, grande parte apresenta uma imagem caricata, dotada das mais diversas características pejorativas. Nesse sentido, o intuito desta pesquisa é um exercício de contradiscursivização, ao analisar a escrita da própria infanta, em suas cartas, publicadas pela historiadora Francisca Azevedo (2007). Parte-se da premissa de que a escrita de si, conforme postulado por Foucault (1992), revela traços da subjetividade e, em se tratando do contexto e do papel da protagonista, cabe destacar a importância de seu posicionamento político, como forma de instituir uma nova ordem no discurso, a partir do conceito de parresia ou de coragem da verdade.

Palavras-chave: Carlota Joaquina; cartas; escrita de si; parresia; ordem do discurso.

Abstract: Carlota Joaquina is a historical character, a subject of considerable speculation. Both historians and fiction writers were interested in her life and made impressions about it. However, most of the narratives that deal with her, especially those written by men, present a caricatured image, endowed with the most diverse pejorative characteristics. In this sense, the purpose of this research is an exercise in counter-discursivization, when analyzing the writing of the infanta herself, in her letters, published by the historian Francisca Azevedo (2007). It starts from the premise that the self writing, as postulated by Foucault (1992), reveals traits of subjectivity and, when it comes to the context and the role of the protagonist, it is worth highlighting the importance of her political positioning, as a way of instituting a new order in discourse, based on the concept of parrhesia or the courage of truth.

Keywords: Carlota Joaquina; letters; self writing; parrhesia; order of discourse.

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Santa Cruz, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Guarapuava, PR, Brasil. Endereço eletrônico: thatianegauche@gmail.com.

² Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Santa Cruz, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Guarapuava, PR, Brasil. Endereço eletrônico: jeremoabo21@gmail.com.

Introdução

Carlota Joaquina de Bourbon nasceu em 25 de abril de 1775 e faleceu em 7 de janeiro de 1830. Uma mulher que viveu entre a passagem do século XVIII e XIX, período extremamente marcado pelo poder patriarcal.

A princesa Carlota, nascida em berço espanhol e absolutista, foi educada e preparada para a aliança entre Espanha e Portugal, um acordo entre as famílias, que caracterizava a chamada União Ibérica.

Aos 10 anos de idade, é enviada a Portugal, primeiro grande deslocamento de sua vida³, para consolidar o casamento com D. João VI, sendo a união consumada ao completar 14 anos. É imprescindível mencionar que, apesar de, naquela época, ser bastante comum o enlace matrimonial para mulheres muito jovens, elas eram *preparadas* para esse exercício de modo impositivo, com explicações simplistas ou rasas acerca da rotina de uma vida conjugal, sem abertura para o diálogo, especialmente em se tratando das primeiras relações sexuais. Carlota Joaquina, nesse quesito, a princípio rebelou-se contra o marido, conforme ficou conhecido o episódio da primeira noite de núpcias, quando ela fere o esposo com uma mordida na orelha. Para ela, ainda em tenra idade, essa visão prática da vida de casada era então desconhecida.

Mas não somente o casamento, como também a própria mudança cultural, a convivência em uma corte tão distinta da sua, as obrigações às quais a menina foi destinada, foram fatores de considerável influência para moldar a mulher que ela se tornou.

A despeito dos primeiros desentendimentos, a união entre ela e D. João VI, ao que indicam cartas de ambos, parecia razoável, no entanto, com o passar do tempo e dos crescentes interesses políticos da princesa, começa a haver um desequilíbrio e disputas entre eles, principalmente no encaminhamento das resoluções da coroa por parte da camarilha de D. João.

Passagens da entrevista concedida pela professora e historiadora Francisca Azevedo à *Revista Tema Livre* (2014) revelam detalhes importantes quanto a esses aspectos:

Olha, toda a correspondência que eu peguei entre os dois, algumas inclusive muito difíceis, e por mais que você tente considerar que há uma relação protocolar, são correspondências muito, vamos dizer assim, muitas vezes até muito carinhosas. Por outro lado, a gente vê que havia um muro entre os dois, que o próprio gabinete e a própria camarilha de D. João impunha entre o casal. E ela tentava o tempo inteiro burlar isso, ela diz, chegar até ele. Porque ela dizia que se chegasse até ele ela conseguiria o que ela queria. Então, de todo modo, através de intrigas e de uma série de coisas, de afastamento espacial mesmo, impediam o contato do regente com ela. Porque ela dizia, ele é bondoso, mas ele é influenciado, tem, inclusive, uma carta dela para o pai, em que ela diz, ele é bondoso, ele é honrado ele não vai se sujeitar a determinadas

³ O segundo foi a viagem da família real ao Brasil em 1808, fato que a contrariou profundamente.

coisas. Isso são declarações que ela faz ao pai, que ela faz aos amigos, ela culpa muito mais a camarilha de D. João, as pessoas, os lobatos, o próprio D. Rodrigo, o Lord Strangford, que foi o grande opositor, junto com D. Rodrigo, da ascensão política dela, mas com relação a D. João, não. E a mesma coisa é ele. Tem uma carta, por exemplo, ainda no Brasil, de 1816, que ela estava na capela assistindo uma missa, ela passa muito mal, ela sofria de asma, que naquela época era uma doença grave, ainda é, mas naquela época mais ainda, ela é levada para onde ela ficava, para a chácara de Botafogo, por causa da questão do clima. E lá ela recebe uma carta dele, dizendo que soube do ocorrido, que estava extremamente preocupado com ela, que ele queria saber como ela estava de saúde. E essas cartas, por exemplo, ele escreve diariamente, durante três dias para ela. Eu acredito que alguma dessas cartas tenham ido inclusive de forma secreta, porque também interceptavam a correspondência dos dois. (AZEVEDO, 2014, n.p.).

Diante dessa afirmação, é possível compreender o contexto e as condições em que o casal estava inserido, pois, para além de questões políticas, havia uma união entre duas pessoas, ainda que as dificuldades entrassem uma intimidade maior. Dessa forma, ao passo que os interesses de Carlota pela política são crescentes e ela começa a se destacar, encontrando apoiadores, também o são as falácias em torno de possíveis traições dela, em grande parte por conta de sua expansividade e posição de autoridade que acaba construindo, especialmente pela *audácia* em tratar de assuntos *masculinos*, de igual para igual. Cabe mencionar que, entre as cartas que Francisca Azevedo (2007) compilou em volume, encontram-se cartas particulares (que envolvem missivas entre Carlota e seus familiares, estritamente), cartas políticas e cartas de gabinete, portanto, nenhuma delas comprometendo sua relação conjugal em termos de adultério. Logo, casos conjecturados, mas nunca comprovados.

Entre falatórios e especulações, muitos dos escritos acerca da personagem destacam uma visão parcial dos fatos, afirmações enfáticas e ofensivas, inclusive por parte de historiadores famosos da cultura brasileira.

Não há memória, em toda História portuguesa, de um rei que fosse, como d. João, tão ignosamente enganado pela esposa... Chega a causar espanto. Carlota Joaquina, ao procurar os seus amantes, além disso, nem o senso da escolha tinha. Tudo lhe servia, tudo, desde que tivesse a forma aproximada de um homem. Até os subalternos da Quinta do Ramalhão não escaparam à sua depravação messalínica... Na Corte de Lisboa, a mulher de d. João lembrava uma gata, eternamente no cio, a latejar de luxúria. (EDMUNDO *apud* AZEVEDO, 2007, p. 22).

Esse trecho da obra de Luiz Edmundo, publicada em 1939, além da forma irônica com que apresenta a personagem, descreve-a como subalterna, “a esposa”, “a mulher de d. João”, ao mesmo tempo em que estabelece uma forma de conduta, à qual supõe-se que ela deveria

assumir. Em não havendo formas de criticar a capacidade política e de liderança de Carlota Joaquina, ela era ferinamente atacada em sua índole.

Seguindo a mesma linha que enquadra D. João como bondoso, bonachão e vítima, Manuel de Oliveira Lima, em obra de 1908, destaca:

A simples menção deste nome traz à imaginação um cortejo de caprichosos dissolutos e de intrigas políticas. Um dos maiores, senão o maior estorvo da vida de Dom João foi certamente a rainha que os interesses dinásticos, então mais identificados com os políticos, lhe tinham dado por esposa e que não só lhe enodoou o nome, como pela sua irrequieta ambição aumentou quanto pôde as complicações da monarquia portuguesa, fazendo de tempo a tempo andar numa roda-viva a diplomacia daquela época. A razão está em que Dona Carlota nunca se resignou a ser aquilo para que nascera – uma princesa consorte. Sentia em si sobeja virilidade para ser ela o Rei. (LIMA, 2006, p. 177).

As próprias expressões usadas pelo historiador acabam exprimindo um juízo de valor, pela escolha vocabular evidentemente não despropositada; por conseguinte, uma consideração marcadamente depreciativa. Ademais, reafirmam a concepção sexista do suposto lugar que a mulher deveria ocupar, lugar e posto para o qual nascera, visto que sua conduta era interpretada como um *excesso de virilidade*, oposto ao protótipo ideal para uma princesa ou rainha.

O autor ainda enfatiza: “A natureza de fato enganou-se fazendo com tal alma desta filha dos Bourbons uma mulher [...]. Os traços varonis e grosseiros de seu rosto, o seu gênero de preocupações, o seu próprio impudor, denotam que em Dona Carlota havia apenas de feminino o invólucro.” (LIMA, 2006, p. 177). Tal a maneira como a imagem da mulher era propagada pelo crivo da crítica masculina, a qual evidenciava a inferiorização do feminino.

Na literatura, isso também não passa despercebido. Obras como *Os escândalos de Carlota Joaquina* (1934), de Assis Cintra; *Carlota Joaquina (A rainha intrigante)* (1949), de Marcus Cheke; *Nunca uma santa (A incrível Carlota Joaquina)* (1964), de Frank Wilson Kenyon; *Carlota Joaquina – a rainha devassa* (1967), de João Felício dos Santos, são alguns dos exemplos que podem ser citados, cujos títulos, de antemão, conferem o seu teor.

Nesse sentido, o breve preâmbulo aqui apresentado, da infância ao posterior enlace entre as coroas e suas divergências políticas, demonstra os encaminhamentos e desdobramentos da história. Tudo tem seu início com a aliança matrimonial, em suas configurações, seu contexto e suas circunstâncias, as quais desembocam nas ações empreendidas por seus pares. Aliança essa que, já em sua própria constituição, carrega consigo uma bagagem de sucessivas contradições. Assim, dada uma rivalidade antiga, predominantemente de caráter político, é

natural que, no mínimo, dois lados se contestem; muito embora, surpreendentemente aos olhos da época, o pivô esteja representado na figura de uma mulher.

À vista disso, é no viés da oposição que a presente pesquisa se coloca, em um processo de contradiscursivização, com o intuito de ler, por meio da escrita de Carlota Joaquina, aspectos de sua subjetividade que revelam uma personagem além dos estereótipos marcados pela sociedade e deveras enraizados em muitos discursos controversos.

A obra *Carlota Joaquina: cartas inéditas*, da mencionada autora Francisca Azevedo, apresenta uma série de 145 cartas, dentre as quais há aquelas escritas pela própria Carlota Joaquina e outras tantas a ela endereçadas. Uma das cartas selecionadas para esta análise data de 20 de julho de 1798, período que marca “o estabelecimento do estado de guerra entre as duas monarquias ibéricas, em virtude das desavenças causadas pelo alinhamento às políticas da França e Inglaterra.” (AZEVEDO, 2007, p. 59). Dentre as demais cartas, essa, particularmente, é a primeira delas transcrita no conjunto epistolar coletado por Azevedo. Trata-se de um dos primeiros registros das investidas de Carlota Joaquina no universo político. Nesse documento, Carlota escreve ao seu pai, o Rei Carlos IV de Espanha, a fim de emitir sua opinião a respeito do embate entre sua nação de nascimento e sua nova nação após o casamento.

Observa-se que, a partir da escrita de si, como destaca Foucault (1992) em ensaio homônimo, o emissor se abre ao interlocutor, ao outro, especialmente por meio da correspondência. Ao passo que ela se posiciona em sua carta, busca elucidar o próprio rei em relação às suas atitudes. A força discursiva apresentada nessa escrita gera um movimento de inversão; é a filha que se dirige ao pai, nada menos do que o rei, para lhe dar conselhos. Logo, em potencial, percebe-se o que Foucault (1996), n’*A ordem do discurso*, ressalta como os perigos de se adentrar em tal ordem, pois, se “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes de perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8 – 9), dentro do jogo entre poder e desejo, Carlota Joaquina é uma mulher com apenas 23 anos de idade que, em pleno século XVIII, enfrenta o discurso vigente do pai e da sociedade patriarcal da época, representando uma ameaça aos interesses políticos daquele grupo determinado, na tentativa de estabelecimento de uma nova ordem discursiva.

O que se pretende, aqui, é um exercício similar ao que Margareth Rago (2013) realiza em *A aventura de contar-se*, tomando a verdade no sentido em que Foucault a concebe, ancorando-se no conceito grego de *parrhesia*, ou seja, de defender a própria opinião com

palavras claras e diretas, tal qual o fizeram grandes personagens míticas como Antígona ou Medéia.

No entanto, diante de uma personagem histórica, de carne e osso, essa coragem da verdade ganha peso e promove uma desconstrução diante das biografias mais tradicionais.

De acordo com Azevedo (2003):

No Brasil, os historiadores do século XIX na busca de heróis nacionais, de fundadores da nossa nacionalidade, encontram em Carlota Joaquina o contraponto do modelo ideal de mulher que identifique nosso passado, e, no afã de simbolizar a negação do modelo, recuperam as imagens de Carlota Joaquina, forjadas pelas memórias de seus contemporâneos. (AZEVEDO, 2003, p. 20).

E, mais adiante, ela conclui:

Carlota Joaquina, rainha portuguesa, mas que jamais abdicou sua nacionalidade espanhola, que foi contra a vinda para o Brasil, que, por temperamento e atitudes, transgrediu o espaço permitido às mulheres de sua época, naturalmente não serviu para ocupar a plêiade dos personagens dignos da memória nacional. (AZEVEDO, 2003, p. 22).

Nota-se, assim, a pertinência da revisitação e de uma análise crítica dos documentos epistolares de Carlota Joaquina, a fim de resgatar discursos, desmitificá-los e, em certa medida, desconstruí-los, para então vislumbrarem-se novos horizontes e novas perspectivas, principalmente nos quesitos gênero e representatividade.

Cartas de Carlota

Por definição, a carta designa uma “comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas.” (MUNIZ; CASTRO, 2005, p. 185). E justamente por ser endereçada a outrem, ela dá lugar ao exercício pessoal, pois, segundo Foucault (1992, p. 145), lembrando Sêneca, “quando escrevemos, lemos o que vamos escrevendo exatamente do mesmo modo como ao dizermos qualquer coisa ouvimos o que estamos a dizer”; assim como a carta atua sobre aquele que a recebe, ela atua sobre aquele que a escreve. Portanto, é nesse ponto que se percebem as características da subjetividade, naquilo que a escrita / fala do remetente exprime.

No conjunto de cartas de Carlota, Azevedo (2007) inicia suas apresentações e seus comentários, pautada na assertiva de Habermas a respeito do assunto, o que acaba dialogando com a perspectiva foucaultiana: “O século XVIII tornou-se o século das cartas, exatamente pelo desejo das pessoas em estabelecer relações ‘puramente humanas’: escrevendo cartas, a pessoa

falava de si mesma, desenvolvia sua subjetividade e estabelecia uma intimidade até então desconhecida.” (HABERMAS *apud* AZEVEDO, 2007, p. 21).

O trabalho que se faz aqui busca adentrar nessa intimidade, como forma de buscar, nos interstícios de uma história cerceada pelo poder masculino, traços de uma personalidade outra, de uma dada subjetividade distinta daquilo que aponta a maioria de seus propagadores.

Nas palavras de Azevedo (2007):

Penetrar na intimidade das cartas alheias, procurar desvendar sua subjetividade é entrar num mundo desconhecido sempre surpreendente e inesperado. Esse é o sentimento que se tem ao ler as cartas de Carlota Joaquina, isso porque, ao tratar da princesa, é impossível desvencilhar-se do imaginário coletivo que a identifica e traça seu perfil como protagonista da rainha má, da feiticeira, da mulher feia, vulgar, perversa, desprovida de qualquer qualidade ou virtude. (AZEVEDO, 2007, p. 21).

Ao transpor as barreiras dos espaços impostos às mulheres, principalmente à época em que a personagem viveu, Carlota Joaquina provocou a reação do patriarcado, causando receios na corte e inflamando egos.

Apesar de todas as descrições negativas, inclusive acusação de assassinato, consta que Carlota era dotada de inteligência admirável. Quando apresentada à corte, em 1785, “respondeu a perguntas sobre religião, geografia, história, gramática, línguas portuguesa, espanhola e francesa. Demonstrou sua destreza em boas maneiras, etiqueta, dança, canto, pintura e equitação” (AZEVEDO, 2007, p. 28-30), e “tudo satisfez tão completamente que não se pode expressar a admiração que deve causar uma instrução tão vasta em uma idade tão tenra” (PEREIRA *apud* AZEVEDO, 2007, p. 30). O catálogo da biblioteca de Carlota, documento escrito em 1831 na Biblioteca da Ajuda, “revela a existência de um acervo incomum para a época, contabilizando 2.366 volumes, número bastante diferente das cifras encontradas em livrarias coetâneas, cuja média girava em torno de 25 unidades”, afirma Sousa (2019, p. 1). Todo esse conhecimento (e talento), porém, era elencado como última de suas características e era o que, de fato, parecia espantar seus rivais políticos.

De acordo com menção anterior, aos 23 anos (nessa época, mãe de 4 dos 9 filhos que teve), começam a aparecer os indícios de uma postura singular para o universo político. Devido ao seu interesse pelos assuntos na política, a então princesa encontrava meios de tomar partido nas discussões e resoluções. Portanto, a carta selecionada para a presente análise contempla a resposta que Carlota envia ao seu pai, como um apelo à não concretização de uma aliança com os revolucionários comandados por Napoleão Bonaparte que, mais tarde, viriam a invadir o território português, impulsionando a mudança da família real e da corte portuguesa ao Brasil,

no ano de 1808. Carlota, portanto, não via com bons olhos as relações entre Espanha e França, muito menos para o lado lusitano. De certo modo, sua visão apresentava fundamentos, dado o modo como ela interpretava a realidade a partir da criação em regime absolutista, cujo poder defendeu até o fim de seus dias. Mas essa é uma história longa que se construiu por meio de um processo de transformações e, mais ainda, de frustrações. Os desejos de realização pessoal da futura Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por fim, não chegaram à plena concretização. Não para uma rainha como ela desejava; sempre a esposa do rei.

Assim, os primórdios de toda essa sequência de fatos podem ser vislumbrados a partir da escrita de si; por sua vez, episódios transcritos pelas mãos da própria protagonista dessa história.

A seguir, leia-se a transcrição, na íntegra, da primeira carta particular de Carlota Joaquina, elencada por Azevedo (2007)⁴:

Senhor

Papai do meu coração, da minha vida e da minha alma, recebi a carta de V.M. de 12 do corrente, e agradeço infinitamente a V.M. as expressões sobre o importante assunto que me informa; não posso entretanto ocultar a V.M. a sensação que me causaram as expressões de que V.M. se serviu para persuadir Meu marido do partido que era preciso tomar nas atuais circunstâncias. Depois, muito prontamente, lhe comuniquei tudo, e, encontrando como sempre a maior amizade para com S.M., achei-o com todas as disposições e desejos de concluir este grande negócio da paz, e posso assegurar a V.M., porque o sei, que isto lhe merece o maior cuidado, pela razão mesma de que seu ânimo é naturalmente pacífico, mas igualmente honrado, e sei que nada não é senão pela honra que fez e está fazendo tantos sacrifícios; igualmente posso assegurar a V.M. que ninguém pode influir nesses princípios e estou bem persuadida de que, assim que seja [...] as dificuldades da honra, as do interesse se hão de aplanar com menos custos. Sendo assim, sinto vivamente as ameaças de V.M. contra seus próprios descendentes, e não posso concordar com que não haja meios de compor tudo de maneira que o mundo não seja testemunha de um proceder da parte de V.M. contrário à natureza. Ah, querido Papai, e que Glória dará à memória de V.M. ser um pai tão sanguinolento com a destruição de sua Casa, dos bens e da vida de seus próprios filhos? E isso para que seria? Para agradar a um governo coberto do sangue de nossa Família. Seu sistema é bem constante por seus papéis e exemplos que todos os dias estão oferecendo ao universo inteiro; e quero assegurar a V.M. Senhor, que o dito Governo, estando pois aparentando felicidades com uma mão, com a outra não está armando há anos esse que seja forçado cair? Senhor, esta linguagem da verdade é própria de uma filha que tanto respeita e ama V.M. Não é inesperado pelo interesse da própria conservação, se é o que me espera pelo amor que tenho a V.M., pois me parece que está vendo com os mesmos olhos o que o Governo Francês [...], em seu plano de revolução universal, e já se me afigura, juntamente com nossa destruição, a de V.M., uma vez que consintas que entrem armados em seus estados aqueles malditos instigadores

⁴ Eventualmente, além dessa carta analisada mais profundamente, outras serão citadas como complemento.

e pregadores da rebelião. Uma filha como eu me glorio [...], tem todo o direito ao amor e à atenção de V.M., e não será possível crer que V.M. desse de [...] a súplica que humildemente lhe faço cheia de amargura, pedindo incessantemente a V.M. que nas deliberações que há de tomar [...] a V.M. muito seriamente primeiro para si e para seus povos, e depois para nós, que aqui vivemos e não procuramos nada mais, buscar [...] manifestar a V.M. que [...] constante amor que lhe temos. Peço a V.M. que queira desculpar a franqueza com que exponho eu a V.M. meus sentimentos, mas eles são tão puros como verdadeiros são os motivos que os ditaram, e por isso que no coração de V.M. hão de merecer a consideração de que se fazem dignos, e para que sejam faço minhas orações ao céu, e para que Deus lhe dê saúde e vida neste mundo e no outro. Agora vou pedir a V.M. uma coisa, já que me faz a honra de [...] meus, para negócios tão delicados, de enviar-nos para dizer o mesmo que enviava para dizer ao príncipe, porque, como há muitas coisas que eu não sei nem posso saber, quando as tenho de expor, se não as sei a fundo, não posso fazer as oposições que penso, e, sabendo-as, sim, posso fazê-lo. Eu também lhe respondo como me parece que é justo e também lhe peço que me dê sua benção.

Queluz, 20 de julho de 1798.

Aos Reais Pés de V.M., Carlota Joaquina
(AZEVEDO, 2007, p. 74-75).

A forma de tratamento dada a essa carta é, no mínimo, interessante, apresentando um caráter informal, por parte da filha. Ao longo do texto, ela dá continuamente ênfase ao pronome de tratamento “vossa majestade”; porém, no início, faz remissão ao pai de modo carinhoso e íntimo: “Papai do meu coração, da minha vida e da minha alma”, formas que ela usa em todas as cartas a ele direcionadas. Apesar de ter sido distanciada do seio familiar ainda muito jovem, Carlota sempre manteve uma estreita ligação com seus familiares, talvez aí estivesse a explicação do uso do carinhoso vocativo “papai”, ou seja, uma necessidade da proximidade com suas raízes. Do mesmo modo, essa parece ser uma forma de atenuar o forte teor que a missiva apresenta a seguir.

Ela deixa claro que se trata de uma resposta ao rei e lhe agradece “infinitamente” as expressões sobre o importante assunto acerca do qual a informa. O contexto trata-se do período de paz entre França e Espanha e o quanto essa relação amistosa entre as duas nações afetava Portugal, aliado da Inglaterra. O governo francês passa a pressionar a Espanha para que declare guerra a Portugal.

Afirma Azevedo (2007):

A correspondência desse período revela o papel de Carlota Joaquina como protagonista das negociações entre as duas cortes. Apesar de suas críticas à França, os argumentos usados por ela para convencer Carlos IV a não invadir Portugal são de ordem afetiva e familiar. É como filha que ela escreve aos pais, procurando sensibilizá-los a não violar os laços de consanguinidade e

afeto que os une. Sobre o marido, ressalta sua bondade e a vontade de estabelecer paz entre as monarquias. (AZEVEDO, 2007, p. 71-72).

Por meio desse discurso, que prepara o interlocutor, Carlota, ao ajudar o destinatário, arma-se e, nesse sentido, também arma os terceiros que a leem, conforme elucida Foucault (1992, p. 148). Assim, a correspondência “é algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão aos outros: ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros” (FOUCAULT, 1992, p. 149). Ao comparar o conteúdo das cartas com os *hypomnemata* que, em sua acepção técnica e diferentemente dos diários íntimos ou relatos de experiências espirituais, “podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda⁵” (FOUCAULT, 1992, p. 134), o filósofo comenta que aquelas são mais subjetivas do que estes, pelo fato de encaminharem a uma introspecção, quando há um momento de confissão no ato de voltar-se ao outro.

Dessa forma, Carlota introduz sua fala com respeito e cuidado, antes de apresentar sua não concordância em relação às intenções do pai: “não posso entretanto ocultar a V.M. a sensação que me causaram as expressões de que V.M. se serviu para persuadir Meu marido do partido que era preciso tomar nas atuais circunstâncias.” (AZEVEDO, 2007, p. 74). É evidente que ela toma as rédeas e responde pelo marido também. Em carta do mesmo ano e referente ao mesmo assunto, datada de dois dias após a carta ao pai, ela responde também à mãe, referindo-se ao esposo: “o que posso assegurar a V.M. da parte de meu marido é que ele quer e deseja concluir a paz, porque ele sabe quanto ela é importante para ambas as Monarquias, mas só não pode concordar com que aqueles franceses queiram sujeitá-lo, depois de tudo o que pregaram contra este reino [...]” (AZEVEDO, 2007, p. 75-76). Ao assumir tal postura, Carlota se *arma* da parresia, da coragem da verdade. Esse é o primeiro momento em que se observa tal atitude nessa escrita, ou seja, ela nega o que veio de uma autoridade, vale-se do contexto familiar e da força do sangue e assume o seu descontentamento, emitindo a sua opinião.

Rago (2013, p. 40) reafirma que a escrita de si “é entendida como um cuidado de si e também como uma abertura para o outro, como trabalho sobre o próprio eu num contexto relacional, tendo em vista reconstruir uma ética do eu.”. Ela ressalta que o teor muitas vezes confessional da escrita de si caracteriza um tipo de narrativa de si e de relação com a verdade

⁵ “O seu uso como livro de vida, guia de conduta, parece ter-se tornado coisa corrente entre um público cultivado. Neles eram consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos de ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória. [...]. Por mais pessoais que sejam [...] não constituem uma ‘narrativa de si mesmo’”. (FOUCAULT, 1992, p. 135 - 137).

que visa purificar o eu pela revelação da mais profunda interioridade diante de uma autoridade. Foucault traz como exemplo disso os segredos do sexo e, por esse motivo, compreendem-se e emprestam-se suas concepções, para tratar-se de aspectos referentes ao gênero, cerceado e recluso, como o feminino.

Pensando nos procedimentos de exclusão, explicitados pelo autor (1996, p. 9), o mais evidente e mais familiar é a *interdição*. Segundo ele, três tipos de interdições se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar, quais sejam, o *tabu do objeto*, o *ritual da circunstância* e o *direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala*. De modo simplificado, o discurso estará inserido em um determinado contexto, denotando o que pode e o que não pode ser dito, por meio de uma voz que profere esse discurso, na qualidade de direito privilegiado ou exclusivo. É importante notar que dentre os discursos que sofrem algum tipo de restrição está o discurso feminino.

Carlota Joaquina, desse modo, se reconhece em espaço e contexto, ao tentar, por meio de seu discurso, dizer a verdade em que acredita, porém, consciente da ordem na qual ela está adentrando, pois “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.” (FOUCAULT, 1996, p. 35).

Assim sendo, ao introduzir o assunto ao rei, antes de tudo, a princesa prepara sua fala num introito que realça as qualidades do esposo, engendrando um discurso que se contrapõe ao discurso de supremacia e evidenciando um fator atenuante ao tabu do objeto. Isso porque a escrita presente na fala da filha revela que o rei, por meio de argumentos, tentou persuadi-la a convencer o marido a ceder às exigências francesas, o que, em contrapartida, ela contesta, ao destacar a honra, caráter pacífico e desejo de paz do príncipe. Logo, o discurso de autoridade é colocado em xeque, no momento em que Carlota articula a fala do pai contra ele mesmo, conforme excerto que ora reproduzimos com as necessárias reiteraões:

[...] agradeço infinitamente a V.M. as expressões sobre o importante assunto que me informa; não posso entretanto ocultar a V.M. a sensação que me causaram as expressões de que V.M. se serviu para persuadir Meu marido do partido que era preciso tomar nas atuais circunstâncias. Depois, muito prontamente, lhe comuniquei tudo, e, encontrando como sempre a maior amizade para com S.M., achei-o com todas as disposições e desejos de concluir este grande negócio da paz, e posso assegurar a V.M., porque o sei, que isto lhe merece o maior cuidado, pela razão mesma de que seu ânimo é naturalmente pacífico, mas igualmente honrado, e sei que nada não é senão pela honra que fez e está fazendo tantos sacrifícios; igualmente posso assegurar a V.M. que ninguém pode influir nesses princípios. (AZEVEDO, 2007, p. 74).

Longe de ser um elemento neutro, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Os germens da mulher política e diplomática aparecem nesse discurso, portanto. Evidenciando não um discurso *pouca coisa*, mas um discurso que se propõe persuasivo e engajado, tendo como princípio a manutenção da união familiar bem como o fortalecimento do regime absolutista. Outrossim, traz visibilidade ao discurso da mulher em relação a uma voz de autoridade.

Em seguida, ela aponta ao assunto do qual deseja tratar com maior ênfase, argumentando que a postura do pai se mostra contrária ao que ele de fato representa e simboliza para ela e para a própria nação: “Sendo assim, sinto vivamente as ameaças de V.M. contra seus próprios descendentes, e não posso concordar com que não haja meios de compor tudo de maneira que o mundo não seja testemunha de um proceder da parte de V.M. contrário à natureza.” (AZEVEDO, 2007, p. 74). E segue com seu discurso eloquente: “Ah, querido Papai, e que Glória dará à memória de V.M. ser um pai tão sanguinolento com a destruição de sua Casa, dos bens e da vida de seus próprios filhos? E isso para que seria? Para agradar a um governo coberto do sangue de nossa Família.” (AZEVEDO, 2007, p. 74). O governo a que ela se refere é explicitamente mencionado mais adiante, o Governo Francês.

Uma das estratégias perceptíveis na carta aparece no trecho em que Carlota compara o pai ao opressor, na tentativa de mostrar a ele ou convencê-lo de que, ao agir como tal, estaria se igualando a um governo para o qual ele efetivamente não fora criado, isto é, ver com os mesmos olhos o que vê o governo francês é deixar-se influenciar pelo mesmo:

Não é inesperado pelo interesse da própria conservação, se é o que me espera pelo amor que tenho a V.M., pois me parece que está vendo com os mesmos olhos o que o Governo Francês [...], em seu plano de revolução universal, e já se me afigura, juntamente com nossa destruição, a de V.M., uma vez que consintas que entrem armados em seus estados aqueles malditos instigadores e pregadores da rebelião. (AZEVEDO, 2007, p. 75).

Posteriormente, a relação de amizade entre Espanha e França torna a família real espanhola prisioneira de Bonaparte, fato que levará Carlota, já em terras brasileiras, a lutar pelo trono como rainha regente nas colônias espanholas em território argentino⁶.

⁶ Fato que compromete ainda mais o seu casamento, pois D. João que, a princípio, havia apoiado a esposa nesse empreendimento, por influência de seus conselheiros, declina da aprovação logo em seguida, não poupando esforços para impedi-la de tal realização.

Dessarte, a princesa busca provar que seus argumentos não são infundados e reafirma a parresia, que justifica seu comportamento: “Senhor, esta linguagem da verdade é própria de uma filha que tanto respeita e ama V.M.” (AZEVEDO, 2007, p. 74). Os laços consanguíneos, mais uma vez, calam alto no discurso da princesa e a linguagem da verdade é algo de que ela se orgulha: “Uma filha como eu me glorio [...], tem todo o direito ao amor e à atenção de V.M.” (AZEVEDO, 2007, p. 75). Assim ela acredita, pelo fato de ter a coragem de expor-se e humildemente desculpar-se pela franqueza:

Peço a V.M. que queira desculpar a franqueza com que exponho eu a V.M. meus sentimentos, mas eles são tão puros como verdadeiros são os motivos que os ditaram, e por isso que no coração de V.M. hão de merecer a consideração de que se fazem dignos, e para que sejam faço minhas orações ao céu, e para que Deus lhe dê saúde e vida neste mundo e no outro. (AZEVEDO, 2007, p. 75).

A potencialidade dessa fala se manifesta e é creditada não apenas pela justificativa emocional, como também através do apelo religioso (bastante presente e forte na cultura espanhola da época), pela escolha vocabular no cuidado com a escrita e, conseqüentemente, no cuidado para com a ética subjetiva. Ou seja, ela não se contenta em permanecer calada, sem expor aquilo que julga necessário. Logo, percebe-se uma repetição que, a cada passo, retoma e reafirma, além do assunto foco da missiva, a preocupação da justificação e o reforço da fala emotiva.

Em carta datada de 22 de março de 1801, ainda sobre o mesmo assunto, dadas as tensões constantes entre as duas coroas, Carlota volta a escrever ao pai, desejando, tanto em nome dela mesma, quanto reiterando o desejo do príncipe, a paz entre as nações. Segue transcrição da breve carta:

Senhor

Papai do meu coração, da minha vida e da minha alma: como soube que o Príncipe escrevia a V.M., quis aproveitar-me da ocasião para pôr-me aos pés de V.M. e assegurar-lhe quanto me afligi com essas dissensões que há entre estas duas Cortes, Deus queira apaziguá-las segundo os desejos do príncipe, e meus; agora peço a V.M. que me dê sua bênção, e aos pequenos, e que, lembrando-se de que tem aqui esta filha, e cinco netos, às vésperas de seis, há de ajudar para que nos [...] em sossego, como todos desejamos.

Queluz, 22 de março de 1801.

Aos pés de V.M.,
Carlota Joaquina
(AZEVEDO, 2007, p. 76).

Uma vez mais, a princesa se prostra aos pés do pai, antes de rei, e assegura as suas aflições acerca das dissensões entre as cortes portuguesa e espanhola, sem deixar de recorrer ao discurso religioso, bem como familiar, destacando os papéis tão demarcados dessa personagem histórica como mulher, esposa, mãe, filha e com desejos e intenções políticas. Ao saber das notícias direcionadas ao esposo, rapidamente ela buscou inteirar-se de seu andamento. Sua descendência vem agregada à carta: os cinco netos e mais outro que está a caminho.

Retomando a carta mote desta discussão, nota-se que, novamente, antes de se despedir e encerrar sua fala, Carlota assume: “como há muitas coisas que eu não sei nem posso saber, quando as tenho de expor, se não as sei a fundo, não posso fazer as oposições que penso, e, sabendo-as, sim, posso fazê-lo.” (AZEVEDO, 2007, p. 75). Nesse sentido, ela tem consciência e segurança quanto ao que diz; certifica-se de que possui as condições necessárias para estabelecer, principalmente, as *oposições* que deseja e que, por conhecimento de causa, pode fazê-lo. E ainda acrescenta: “Eu também lhe respondo como me parece que é justo e também lhe peço que me dê sua benção.” (AZEVEDO, 2007, p. 75).

É com sinceridade que Carlota, diante dos “reais pés de vossa majestade”, “mostra-se”, “dá-se a ver, faz parecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz.” (FOUCAULT, 1992, p. 150). A carta, de certo modo, como elucida o filósofo, proporciona um face a face.

Portanto, a reciprocidade que a correspondência estabelece, de acordo com a concepção foucaultiana, não se restringe ao simples conselho ou ajuda; “ela é a do olhar do exame. A carta, na sua qualidade de exercício, labora no sentido da subjectivação do discurso verdadeiro, da sua assimilação e da sua elaboração como ‘bem próprio’, constitui também e ao mesmo tempo uma objectivação da alma.” (FOUCAULT, 1992, p. 151).

Sendo o discurso muitas vezes interdito ou controlado por um poder ou autoridade centralizadora, diante do poder masculino, em grande medida opressor, a filha Carlota não alcançou seus intuitos completamente, pois, como se constata, tais dissensões entre as coroas culminaram na aliança e livre comércio entre Inglaterra e Portugal, pelas colônias portuguesas no Brasil.

Em resposta à segunda carta da filha, em 26 de março de 1801, Carlos IV lastima essas dissensões e, acima de sua figura de pai, ele coloca a figura do rei.

É-me muito doloroso que as coisas tenham chegado a este ponto, mas não sou só Pai, sou Rei e bom aliado, e me encontro quanto a isso obrigado a olhar pelo bem de meus vassalos e a cumprir meus pactos. Deus te encha de prosperidade e te guarde muitos e longos anos. (AZEVEDO, 2007, p. 77).

Ele assina a carta como “teu Pai muito afetuoso, Carlos”, mas, apesar da intimidade entre ambos, o discurso que está em vigor é o da realeza, independentemente das tentativas de apaziguamento da filha.

Essa atitude do rei implica em uma primeira tentativa de interdição do discurso feminino, por mais que o pai devote amor à princesa. Na ordem do discurso, o poder se coloca acima das circunstâncias, ainda mais em se considerando a luta de uma mulher frente ao poderio masculino, sem o apoio e suporte de outras mulheres que lhe fortaleçam em coletividade.

Como a própria historiadora que reuniu as cartas afirma, o seu trabalho foi concebido com o esforço de expor a vida de Carlota Joaquina, tornando-a porta-voz de sua história. Desse modo, os leitores podem, a partir desses documentos, refletir e desenhar uma imagem própria, construir e desconstruir os efeitos de uma historiografia liberal, masculina, que tem pouca tolerância com o contrário, especialmente em relação às mulheres (AZEVEDO, 2007, p. 24).

Com esta breve análise foi possível notar uma Carlota Joaquina amorosa, mas ao mesmo tempo temerosa e preocupada com os rumos que estavam sendo tomados na política de seu país. Inevitavelmente, ela estava ligada às duas coroas. Incansavelmente, ela não mediu esforços para conseguir alcançar seus objetivos, porém, humilhada e fragilizada, ela foi detida, tolhida em suas investidas em direção à tomada do poder político, como se vê, desde os primeiros passos para tanto.

Todavia, ainda que não tenha alcançado plenamente seus objetivos, Carlota figura na história como uma personagem que ultrapassou o lugar a ela imposto e, por isso mesmo, foi temida e é lembrada, abrindo precursores para, sim, uma nova ordem do discurso que inspira / instiga muitas mulheres ao direito de dizerem o que pensam; à coragem da verdade.

A fim de tentarem calar sua voz, interceptaram-na de muitas formas, mas a história, mesmo que por vias deturpadas, trouxe a visibilidade e a atual possibilidade da contradiscursivização.

A escrita de si, ao mostrar a mulher, filha, esposa, mãe e política, já evidencia o potencial de Carlota, sua postura firme em comparação à do marido, e mesmo diante do pai, ao contradizê-lo em sua autoridade. Reiteram-se, assim, os traços de uma biografia que se desvia do plano convencional.

Considerações finais

Face ao exposto, ficam evidentes as possibilidades de análise diante de material consideravelmente extenso, do qual este trabalho se vale de apenas uma pequena parcela. A escrita de si permite o aprofundamento na intimidade da personagem histórica, a partir de elementos da sua subjetividade, como se estabelece nas relações familiares e em suas formas de expressão, inclusive, até confessionais, revelando uma mulher sensível e, ao mesmo tempo, sensata e forte.

Carlota exprime a coragem da verdade, por meio da intimidade com o pai e rei, a fim de alertá-lo e preveni-lo contra ataques de um regime que, aos seus olhos (portanto, a partir de seu ponto de vista e de sua verdade), não os beneficiaria, muito embora a queda da monarquia e do regime absolutista fosse, futuramente, algo inevitável.

O exercício da parresia, nesse contexto, parece destacar dois vieses: dizer a verdade como forma de introduzi-la na ordem discursiva e dizer a verdade compreendendo e aguardando as consequências, sejam elas positivas ou negativas. De qualquer modo, o discurso apresentado influi consideravelmente nessa ordem e assume um papel importante, afinal de contas, o nome de Carlota Joaquina continua a apresentar polêmicas passados 193 anos após sua morte. Por outro lado, a essa última afirmação, cabe o lamento de que passados tantos anos, ainda sejam reproduzidos discursos pautados em afirmações misóginas e preconceituosas a respeito da infanta.

A autenticidade de Carlota foi a grande causa do medo e da oposição. Uma mulher que ousou dizer o que pensava, que desejou a inserção no contexto político, que além de cumprir os papéis *destinados* a uma mulher, como esposa e mãe, também apresentava suas ambições pessoais, contudo não apenas para si, mas para os filhos, porquanto almejou a coroa de Portugal para o filho D. Miguel, anos depois, e não se contrapôs à ascensão de D. Pedro I a Imperador do Brasil, o que favoreceu o retorno da família real a Portugal.

Carlota assumiu uma posição incomum para uma mulher em seu tempo, e seu sexo, suprimido à ideia de fragilidade, foi alvo das mais hediondas falácias, principalmente direcionadas ao seu caráter ou à sua aparência. Os historiadores e romancistas se encarregaram de propagar suas impressões a respeito do ideal feminino que se esperava de uma mulher nos séculos XVIII e XIX.

Foi encorajada, a partir das frustrações e desfeitas do próprio esposo, a erigir-se contra ele e contra a sua camarilha. Por lutar e defender seus ideais, foi interceptada, vigiada e aprisionada. Especula-se que poderia ter cometido suicídio devido a todas as suas manifestações e derrocadas, mas nada se comprovou. O fato é que, suas cartas, como documentos históricos,

passam a ressignificar essa personagem, mostrando uma outra face diante de uma sociedade machista, forjada pelo silenciamento e pela opressão.

Referências

AZEVEDO, F. L. N. de. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

AZEVEDO, F. L. N. de. **Carlota Joaquina: cartas inéditas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

AZEVEDO, F. L. N. de. Entrevista Professora Doutora Francisca L. Nogueira de Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro). In: **Revista Tema Livre**, Universidade Federal Fluminense - Niterói / RJ, vol. 5, 26 Dez. 2014. Disponível em: <http://revistatemalivre.com/francisca05-html>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CHEKE, M. **Carlota Joaquina** (A rainha intrigante). Trad. Gulnara Lobato de Moraes Pereira. São Paulo: José Olympio, 1949.

CINTRA, A. **Os escândalos de Carlota Joaquina**. Comp. Edilberto Pereira Leite. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. **O que é um autor?** 7. ed. Trad. José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Veja, Passagens, 1992.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

KENYON, F. W. **Nunca uma santa** (A incrível Carlota Joaquina). 2. ed. Trad. Paulo Peçanha de Figueiredo Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

LIMA, M. de O. **D. João VI na corte do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Top Books, 2006.

MUNIZ, E. L.; CASTRO, H. M. T. de. **Dicionário Balsa da Língua Portuguesa**. São Paulo: Planeta, 2005.

RAGO, M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SANTOS, J. F. dos. **Carlota Joaquina** – a rainha devassa. São Paulo: Círculo do Livro, 1967.

SOUSA, M. S. de. Catálogo da Biblioteca de D. Carlota Joaquina. **História**. São Paulo, v. 38, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/rND44VZsLqWJWsxYtNDk9Gj/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023, p. 1-100.

Sobre os autores

Thatiane Prochner (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5598-3257>)

Graduada em Letras Português / Inglês, Especialista em Letras - Língua Portuguesa, Linguística e Literatura - e Mestra em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Doutoranda em Letras - Interfaces entre Língua e Literatura - pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), sob orientação do Professor Dr. Edson Santos Silva, com pesquisa intitulada *Carlota Joaquina: história portuguesa na literatura brasileira*.

Edson Santos Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5921-7883>)

Mestre e Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado na mesma instituição, sob a supervisão do Prof. Dr. Francisco Maciel Silveira. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua e Literatura Portuguesa. Dedicou-se à pesquisa da dramaturgia lusa do século XIX. É professor associado da UNICENTRO / PR: Letras – graduação (Irati) e pós-graduação (Irati e Guarapuava).

Recebido em fevereiro de 2023.

Aprovado em maio de 2023.